



OS PRONOMES PESSOAIS (EU E MIM) NAS CAPITAIS BRASILEIRAS A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO ALiB

Mariana Spagnolo Martins

Universidade Estadual de Londrina

RESUMO

Este estudo busca identificar e analisar como os informantes das capitais brasileiras empregam os pronomes pessoais, *eu* e *mim*, obtidos como respostas dadas à questão 23. EU/MIM do Questionário Morfosintático (QMS) do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, assim formulada: *Alguém pede para você/ o(a) senhor (a) fazer uma tarefa. Mas outra pessoa acha que a tarefa era para ela. Então, você/ o(a) senhor(a) diz: Esta tarefa, na verdade, é para ___ fazer* (Comitê Nacional, 2001). Nas gramáticas tradicionais (COUTINHO, 1958; ALMEIDA, 1962; ALI, 1980; CUNHA, 2008; BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2014), o pronome pessoal do caso oblíquo *mim* não substitui o pronome pessoal do caso reto *eu*. No entanto, na língua falada às vezes nos deparamos com o uso do caso oblíquo *mim* funcionando como sujeito da oração. É nesse contexto de variação linguística, com enfoque no campo da morfossintaxe, que este estudo se insere. Objetivamos (i) analisar os dados de duzentos informantes, sendo oito entrevistados em cada uma das 25 capitais brasileiras e (ii) identificar quais fatores extralinguísticos favorecem o uso do oblíquo *mim* no lugar do pronome reto *eu*. Os dados revelaram a necessidade de mais estudos a respeito dos pronomes pessoais e suas funções na língua falada, já que os resultados tendem a indicar a aceitação do *mim* como sujeito do enunciado, fato que pode proporcionar uma mudança de função gramatical na fala popular.

Palavras-chave: Pronomes pessoais; Eu/Mim; Projeto ALiB.

ABSTRACT

This study aims to identify and analyze how informants from Brazilian capitals use the personal pronouns, *me* and *me*, obtained as answers to question 23. EU/ME of the Morphosyntactic Questionnaire (QMS) of the Brazil Linguistic Atlas Project, formulated as follows: *Someone asks you to do a task. But someone else thinks the task is for her. Then you say: This task is actually for ___ to do* (National Committee, 2001). In traditional grammars (COUTINHO, 1958; ALMEIDA, 1962; ALI, 1980; CUNHA, 2008; BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2014), the personal pronoun of the oblique case *I* does not replace the personal pronoun of the straight case *I*. However, in the spoken language we sometimes come across the use of the oblique case *me* functioning as the subject of prayer. It is in this context of linguistic variation, focusing on the field of morphosyntax, that this study is inserted. We aimed to (i) analyze the data of two hundred informants, eight interviewed in each of the 25 Brazilian state capitals and (ii) identify which extralinguistic factors favor the use of the oblique *me* over the straight pronoun *eu*. The data revealed the need for more studies about personal pronouns and their functions in the spoken language, since the results tend to indicate the acceptance of the self as the subject of the utterance, a fact that may provide a change of grammatical function in popular speech.

Keywords: Personal pronouns; I Me; ALiB Project.



Mariana Spagnolo Martins é Doutoranda em Estudos da linguagem (UEL).

E-mail: mariana.spagnolo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nas gramáticas tradicionais os pronomes de língua portuguesa dividem-se em seis categorias: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos. Neste aspecto as gramáticas de Coutinho (1958); Almeida (1962); Said Ali (1980); Cunha & Cintra (2008); Bechara (2009) e Rocha Lima (2014) apresentam as seis categorias, divergindo, por vezes, quanto à nomenclatura.

Propomos um estudo direcionado aos pronomes pessoais que, *grosso modo*, são as palavras que substituem o substantivo, indicando diretamente as pessoas do discurso, ou seja, as três pessoas gramaticais: *quem fala* (1ª pessoa do singular 'eu' e 'nós' no plural), *com quem se fala* (2ª pessoa do singular 'tu' e 'vós' no plural) e *de quem se fala* (3ª pessoa do singular 'ele', 'ela' e 'eles', 'elas' no plural). Os pronomes pessoais podem funcionar como sujeito da oração, neste caso os gramáticos nomeiam como pronome do caso *reto* (sing. eu, tu, ele, ela; pl. nós, vós, eles, elas) ou podem ter função de objeto direto ou indireto, em que se dá o nome de pronome do caso *oblíquo*.

Para o caso oblíquo, acrescentam-se as formas *reflexivas* ou *não reflexivas* dos pronomes, que nas gramáticas tradicionais são conhecidas como átonas (me, te, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes) e tônicas (mim, comigo, ti, contigo, ele, ela, nós, conosco, vós, convosco, eles, elas). Alguns estudiosos, como Said Ali (1980), preferem nomear as formas oblíquas como *não preposicionadas* (átonas) e as *preposicionadas* (tônicas).

Os gramáticos definem as regras que deveriam ser seguidas tanto na oralidade quanto na escrita, no entanto, percebemos uma realidade diferente no que se refere à língua falada. Deste modo, o estudo parte da reflexão sobre os dois itens gramaticais: o pronome pessoal do caso reto *eu* e o pronome pessoal do caso oblíquo *mim*. Iniciamos pela definição das gramáticas sobre os itens pesquisados e, na sequência, aplicamos à análise dos dados na perspectiva da Dialetologia.

No próximo tópico, apresentamos os conceitos normativos que os gramáticos (Coutinho, 1958; Almeida, 1962; Said Ali, 1964; Cunha e Cintra, 2008; Bechara, 2009 e Rocha Lima, 2014) trazem sobre os pronomes pessoais, mais especificamente sobre os de caso reto e oblíquo, e a visão do linguista Pasquale Cipro Neto¹ (2001; 2011), em sua gramática escolar, que apresenta uma ideia menos normativa e mais consciente das variações linguísticas. A partir das ideias de Pasquale, inserimos neste estudo a teoria da Dialetologia e Sociolinguística, com base nas pesquisas de Castilho (2010), Cardoso (2016) e Votre (2019).

1 OS PRONOMES PESSOAIS EM ALGUMAS GRAMÁTICAS

Coutinho, em *Pontos de Gramática Histórica* (1958), divide os pronomes em cinco categorias: *pessoais*, *demonstrativos*, *possessivos*, *interrogativos* e *indefinidos* e explica que, no Latim vulgar, empregavam-se mais os pronomes pessoais do que no Latim clássico e afirma que dentre todas as “classes de palavras são os pronomes pessoais que mais fielmente guardam os vestígios da declinação latina” (COUTINHO, 1958, p. 297). O gramático ressalta que os pronomes de 1ª e de 2ª pessoa mantêm-se como pronomes pessoais do latim (ego>eu. tu>tu) e o de 3ª pessoa veio

¹ Doravante Pasquale.



do demonstrativo *ille*. Segundo Grandgent, citado por Coutinho (1962), o pronome *ille* foi utilizado no latim vulgar com a mesma função que conhecemos hoje, isto é, a *de quem se fala* (pessoa ou coisa) no discurso.

Na gramática de Coutinho (1958), os pronomes pessoais quanto à tonicidade são subdivididos em *tônicos* (acentuados) e *átomos* (sem acento). No caso da 1ª pessoa do singular sobre os pronomes em destaque para este estudo, *eu* e *mim*, o autor traça o percurso que o item lexical sofreu para chegar à forma que usamos hoje, exemplificando o caminho de *ego>eo>eu* e de *mi>mihi>mim*:

eo (nom) por *ego>eu*. *Eo* aparece em textos latinos do século VI.

mi (dat.) por *mihi>mim*. A nasalização do *-i* foi provocada pela presença da nasal inicial. Apesar de ser *mim* do fim do século XV, em Camões ainda se encontra *mi*: “Ouve os danos de *mi* (Lusíadas). *Mi*, forma arcaica átona, deu a atual *me*, o que explica a função de objeto indireto que pode desempenhar esta variação pronominal (COUTINHO, 1958, p. 297).

Como podemos notar, os registros escritos atestam a mudança *ego>eo>eu*; no caso *mim* o pronome provém do dativo latino *mihi>mii>mi>mim*.

Na *Gramática secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (SAID ALI, 1964), o pronome é a classe considerada apenas como pessoa do discurso, e diferentemente de Coutinho, Said Ali acrescenta os pronomes *relativos*² às categorias pronominais, e ainda, subdivide os pronomes pessoais em *reflexivos* e *recíprocos*, sendo os reflexivos as formas oblíquas:

(...) Da 1ª e 2ª pessoas servem tanto de pronome pessoal propriamente dito como de pronome reflexivo. A 3ª pessoa quer do

singular, quer do plural, tem como reflexivo um pronome especial com as formas *se*, *si*, *consigo* (antigo *sigo*), que se distinguem do mesmo modo que *me*, *mim*, *comigo* e *te*, *ti*, *contigo*. (ALI, 1964, p. 62).

Notamos que os autores abordam de formas diferentes, mas concretizam a mesma função para os pronomes pessoais, isto é, aqueles que denotam as pessoas do discurso. Coutinho de forma mais histórica e etimológica, enquanto Said Ali com enfoque padrão.

Na concepção normativista da linguagem, temos a abordagem de Almeida, na *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1962) na qual o gramático defende a ideia de que “saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos” dos brasileiros.

Na visão de Almeida (1962), o pronome pessoal é aquele que, além de substituir o sujeito, o coloca em relação com a *pessoa gramatical*³ e assim define as pessoas do discurso como a 1ª pessoa *gramatical*, a 2ª pessoa *gramatical* e a 3ª pessoa *gramatical*. Este gramático diferencia os pronomes pessoais a partir dos *casos*, isto é, a partir das funções sintáticas que exercem na oração, havendo os pronomes de caso *reto* e os pronomes de caso *oblíquo*.

De acordo com Almeida (1962), os pronomes retos e os oblíquos são definidos das seguintes formas:

Pronomes retos: são os que têm por função representar o sujeito do verbo da oração.

Pronomes oblíquos: são os que na frase exercem função complementar, isto é, são os que têm por função representar o complemento do verbo.

(ALMEIDA, 1962, pág. 155).

Almeida (1962) ressalta as razões pelas quais considera “errado” utilizar o pronome

²São aqueles que se referem a um nome anterior e fazem parte da nova oração subordinada a esse antecedente: *que*, *quem*, *o qual*...

³ Segundo Almeida (1962), a pessoa gramatical é a relação entre a linguagem e os seres.



oblíquo no lugar do pronome *reto*, demonstrando a maneira “correta” de acordo com a estrutura da Língua Portuguesa:

Essa é a razão por que não se deve dizer: “Estas laranjas são para mim chupar” – porquanto o mim está aí exercendo função subjetiva (função subjetiva quer dizer “função de sujeito”). Correta, assim deve ficar a construção. “Estas laranjas são para eu chupar”. – Se dissermos simplesmente: “Estas laranjas são para mim”, a construção estará certa, mas se a essa expressão acrescentarmos um verbo qualquer no infinitivo, o mim deverá ser substituído por eu, porque exercerá a função de sujeito dêsse infinitivo; o infinitivo é que, em tal caso, é regido pela preposição, e não o pronome (Estas laranjas são para quê? Para chupar. – Quem vai chupar? Eu). (ALMEIDA, 1962, pág. 155).

Ademais, na nota de rodapé, o gramático reitera que

No Brasil, até mesmo entre doutos, comete-se o comecinho êrro de dar para objeto direto o pronome do caso reto (caso nominativo, caso de sujeito) ouvindo-se a cada passo solecismos como êstes: “Só vejo êle de tarde” – “Pegue eu”- “Olhe êle ali” (ALMEIDA, 1962, pág.155).

O gramático segue a tendência de sua época, ou seja, apresenta a necessidade de padronizar a língua, julgando como erro todas as construções que não condizem com a norma culta. Dentre os gramáticos citados, Bechara em sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2009) é o que mais se assemelha às ideias normativistas de Almeida, no que tange à forma autoritária de analisar a língua.

Sobre os pronomes, Bechara os define como “classe de palavras categoremáticas que reúne unidades em número limitado e que se

refere a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto” (BECHARA, 2009, p. 162) e traz o conceito de pronome relativo na visão semântica que os compreende como *dêixis* (“o apontar para”)⁴. Bechara também classifica os pronomes como retos e oblíquos, átonos e tônicos, dos quais as formas tônicas vêm sempre ligadas à preposição, assim como Rocha Lima na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (2014) e Cunha & Cyntra na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (2008).

Os teóricos da língua mencionados neste estudo compartilham da ideia de padronização, alguns de forma mais autoritária como Almeida (1962), enquanto outros de maneira menos amedrontadora, mas ainda normativa.

1.1 GRAMÁTICA ESCOLAR

Compreender a estrutura da língua portuguesa é considerado um desafio, principalmente nas escolas, por mais que o falante já conheça a estrutura da sua língua; quando há a necessidade de reflexão sobre os elementos linguísticos surgem dúvidas frequentes quanto ao uso “correto” ou “errado”. Pensando em como trabalhar a gramática em sala de aula, de forma objetiva, vários linguistas simplificaram os conteúdos gramaticais com o intuito de atingir os alunos, em destaque, trazemos às ideias de Pasquale (2001) para a nossa discussão.

Pasquale traz a definição tradicional dos pronomes pessoais, ou seja, “são palavras que representam os seres ou se referem a eles. Podem substituir os substantivos ou acompanhá-los, para tornar-lhes claro o sentido” (PASQUALI, 2001, p. 18). Quanto aos

⁴ Do ponto de vista semântico, os pronomes estão caracterizados porque indicam dêixis (“o apontar para”), isto é, estão habilitados, como verdadeiros gestos verbais, como indicadores, determinados ou

indeterminados, ou de uma dêixis contextual a um elemento inserido no contexto, como é o caso, por exemplo, dos pronomes relativos (BECHARA, 2009, p. 162).



pronomes do caso reto⁵, na coleção *Professor Pasquale Explica* (2011), o linguista apresenta uma regra de fixação: “são comuns as ‘regras’ de que no meio da oração usa-se o *eu*, no fim, usa-se *mim*”, e continua: “independentemente da posição que ocupa na frase o pronome eu funciona como sujeito (2011, p. 15)”. Pasquale explica que há diferença na oralidade e na escrita, sendo pertinente à aplicação de regras cultas na produção escrita, mas ineficaz na realidade falada, assim afirma que “num país imenso como o Brasil, é bobagem imaginar que um dia todos falarão do mesmo jeito, respeitando as mesmas regras e estruturas (2001, p. 20)”. Percebemos a flexibilidade do linguista quanto à realidade do português brasileiro e suas variedades, uma visão mais compreensiva da língua, se comparada às ideias citadas anteriormente neste estudo.

Assim, Pasquale explica que há duas categorias do português, a oralidade e a escrita, e que as regras gramaticais são bem aplicadas na modalidade escrita, pois há estruturas que devem ser seguidas para que haja uma compreensão do texto, mas que em relação à oralidade a forma padrão é ineficaz.

Notamos que, em diferentes dizeres e formas de nomear, os gramáticos partilham das mesmas classificações e funções dos pronomes, em especial os pessoais, já que têm a intenção de normatizar e organizar a Língua de forma unitária. No entanto, a realidade linguística é bastante diferente das regras que a norma padrão prega, a Língua não é estanque, tem sua diversidade definida pelos vários fatores extralinguísticos, como defendem os Dialetólogos e Sociolinguistas que, cada vez mais, estão buscando quebrar paradigmas e preconceitos linguísticos, no propósito de compreender os percursos e as variações da Língua.

1.2 VISÃO DA DIALETOLOGIA E DA SOCIOLINGÜÍSTICA

Cardoso (2016), define a Dialetologia como um ramo da Linguística que tem como objetivos identificar e descrever os diferentes usos de uma determinada língua, considerando a distribuição diatópica, os aspectos socioculturais e a cronologia dos dados. Ao levar em consideração as variantes e suas características sociais, regionais e cronológicas, a Dialetologia descreve a realidade usual da língua falada, realidade que se contrapõe às regras estabelecidas nas mais diversas gramáticas, no que tange à variabilidade da língua.

Assim, os dialetólogos trabalham com o registro de materiais linguísticos (fonéticos, morfológicos, lexicais, etc) que pode vir a representar um período da língua portuguesa, assim como realizar estudos sincrônicos e até mesmo diacrônicos, estabelecendo comparações e indicações de mudanças linguísticas. Nas palavras da pesquisadora: “[...] a Dialetologia traz, portanto, entre os modos de identificação dos fenômenos linguísticos, a possibilidade de exibir a reunião de sincronias distanciadas (CARDOSO, 2016, p.15).

Gradativamente, os estudos dialetológicos e sociolinguísticos têm despertado, de forma consciente, a aceitação das mudanças e variações na língua, fato que pode ser comprovado com a crescente publicação de pesquisas acadêmicas que abordam aspectos linguísticos em relação ao uso popular da língua portuguesa.

Como vimos no tópico 1.3, percebemos a imposição dos gramáticos mais conservadores, a considerar como erro tudo aquilo que desvia da forma padrão, tais regras são cabíveis e eficientes na realidade escrita,

⁵ Em relação ao pronome oblíquo o linguista apresenta exemplos, mas não traz uma definição.



mas em determinadas situações podem ser ineficazes.

Castilho (2010), esclarece que a variação e mudança linguísticas são propriedades da língua que obedecem a uma sistematicidade e regularidade, portanto não impedem a intercompreensão. O linguista reitera que:

[...] São muito diferentes entre si as variedades popular e culta? Não ao ponto de dificultar a intercomunicação. Vamos deixar claro o seguinte: quando distinguimos PB popular e PB culto, estamos nos referindo a variações socioculturais não separáveis rigidamente. Ninguém é exclusivamente ‘falante popular’ nem ‘falante culto’. As linhas divisórias entre essas modalidades são muito tênues – afinal não se trata de duas línguas diferentes! (CASTILHO, 2010, p. 205).

A heterogeneidade da língua é estruturada, tanto é que os falantes em situação menos monitorada de fala conseguem perfeitamente estabelecer uma comunicação, utilizando a língua para informar e receber informações.

Em relação ao ensino de gramática nas escolas, Votre (2019), dá ênfase ao paradoxo daquilo que é aceito e foge às regras gramaticais e do que não é aceito e julgado como errado:

Por um lado, a escola controla, evita e pune, com veemência, o uso de formas com supressão e/ou troca de líquidas [sic], como *fragmengo* e *probrema*, e os fenômenos sintáticos com resquícios dos casos latinos nos pronomes, como *dá para mim sair*. Por outro lado, é conveniente com formas redundantes, do tipo *há anos atrás* (VOTRE, 2019, p. 53).

Algumas variedades consideradas “incultas” não recebem tanta atenção, como no exemplo citado do verbo *há* e do advérbio *atrás*, marcando a redundância e o vício da oralidade, em contrapartida, a substituição do pronome do

caso reto pelo pronome oblíquo gera críticas maiores, mesmo que o enunciado seja compreensível, de acordo com a gramática normativa é um erro grotesco.

A língua portuguesa passa por convenções, segundo Votre (2019, p. 51): “as formas socialmente prestigiadas são semente e fruto da literatura oficial, que as transforma em língua padrão”, ou seja, a língua padrão é apenas mais uma variedade do português, assim como a língua não padrão, cada uma com sua finalidade e seus valores. Ademais, as línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas (CASTILHO, 2010, p. 197).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo refletimos sobre o uso do pronome oblíquo *mim* como sujeito da oração, ocupando o lugar do pronome reto *eu*. Para isto, buscamos suporte nos dados do Projeto ALiB obtidos mediante o Questionário Morfossintático (QMS), especialmente à questão 23 assim formulada: *Alguém pede para você/ o(a) senhor (a) fazer uma tarefa. Mas outra pessoa acha que a tarefa era para ela. Então, você/ o(a) senhor(a) diz: Esta tarefa, na verdade, é para___ fazer.* (Comitê Nacional, 2001). As respostas, segundo a norma culta, pressupõem o registro de *eu*, pronome reto, ou, como variante popular *mim*, pronome oblíquo.

Para compor o *corpus* da pesquisa, realizamos o levantamento das respostas transcritas e conferidas nos áudios das vinte e cinco capitais. No total foram entrevistados duzentos informantes, oito em cada capital, sendo quatro mulheres e quatro homens,



intercalando-os entre informantes de nível Fundamental e de nível Superior, distribuídos em duas faixas etárias distintas (18 a 30 anos e 50 a 65 anos).

2.1 ANÁLISE DOS DADOS

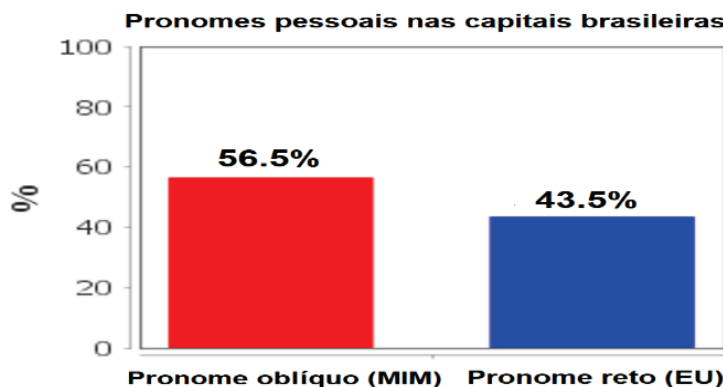
Para a constituição do *corpus* da pesquisa, foram consideradas apenas as respostas referentes ao pronome que acompanhava o verbo no infinitivo, por exemplo: “pra *mim* fazer” ou “pra *eu* fazer”. Não computamos os pronomes oblíquos (22 ocorrências) quando a fala terminava em “pra *mim*” ou em “pra *eu*”. Para dirimir essa dúvida, isto é, quando a resposta não era registrada na questão 23 do

QMS⁶, consultamos as respostas, com este contexto, obtidas nos demais questionários.

Essas respostas, além das obtidas na questão 23 do QMS, foram encontradas, principalmente, nas questões de *Temas para discursos semidirigidos*, momento da entrevista em que o informante está menos preocupado com a linguagem e mais com as narrativas e descrições que fará.

Dessa forma, chegamos ao resultado de 202 dados registrados pelos duzentos informantes das 25 capitais brasileiras, das quais 114 representam o uso de *para mim fazer*, ou seja, 56.5%, enquanto *para eu fazer* aparece em 88 dos casos, totalizando assim 43.5%, conforme demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de ocorrências de *Mim* e *Eu* na fala dos informantes das capitais brasileira.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB - Capitais

Os resultados representam as trocas da posição sintática do *eu* por *mim*, e revelam que, entre os informantes inquiridos, o que predomina é a forma não padrão. Em poucos casos observamos que alguns informantes registraram simultaneamente as duas formas do pronome pessoal, e justificavam a autocorreção da frase, de acordo com os exemplos a seguir.

(1) INF.- Pra mim fazê... Olha, eu falei pra mim ((Risos)) Mas eu lhe confesso na maioria das vezes mesmo, é que eu não quis ser esnobe, na maioria das vezes eu uso pra eu fazer mesmo, tá. Ok. ((Risos))
(Rio de Janeiro, Inf. 7, homem, faixa II com Superior)

(2) INQ.- Quando alguém pede pro senhor fazer alguma tarefa é...e você vai fazer uma tarefa digamos, você vai fazer qualquer coisa

⁶ Questionário Morfossintático do Comitê Nacional, 2001.



aí a outra pessoa acha que é pra ela fazer, aí você fala..."não, não é pra você fazer é pra
INF.- *Mim fazer* ou *mim fazer* né, pode ser *eu fazer* mas tem na hora você fala *mim fazer* ou ...
(Curitiba, Inf. 7, homem, faixa II com Superior)

Os exemplos 1 e 2 mostram que os informantes se auto corrigem provavelmente por influência do que a escola ensina. Essa consciência linguística se manifestou, principalmente, entre os homens da segunda faixa etária (50 a 65 anos) com o Ensino Superior, mas também foi registrada na fala da informante da Faixa 1, com nível fundamental de escolaridade, conforme ilustra o exemplo 3:

(3) INF. – É pra *mim*, é mais comum falar: "Pra *mim* varrê", mas é: "Pra *eu* varrê."
(Manaus, Inf. 2, mulher, faixa I com Fundamental).

Já no exemplo 4, a informante com o mesmo perfil do exemplo 3 argumenta que o mais comum seria dizer "para *mim* varrê", mas que mais adequado é "para *eu* varrê":

(4) INF.- Pra *mim*, né... Pra *mim* varrê. Pra *eu* é errado, né, falá também.
(Florianópolis, Inf.2, mulher, faixa I com Fundamental).

Os dados revelam que nas capitais brasileiras o uso do pronome oblíquo em função de sujeito apresenta índice maior se comparado à forma gramaticalmente correta. Como mencionamos no tópico 1.3, as gramáticas realizam estudos normativos do uso dos pronomes pessoais, definindo classificações e regras que devem ser seguidas para que exista uma "comunicação correta" da língua portuguesa. No entanto, é sabido que a função da língua falada é passar informações que sejam compreendidas pelo ouvinte, desta

forma, quem dita as regras é o próprio falante, pois é ele quem usa de seus conhecimentos internalizados para se comunicar com os demais, e essa comunicação é realizada com sucesso.

Castilho (2010), afirma que nenhum falante de português usa a forma padrão categoricamente, do mesmo modo que nenhum falante de português só conhece a forma popular de sua língua.

Nas palavras do autor:

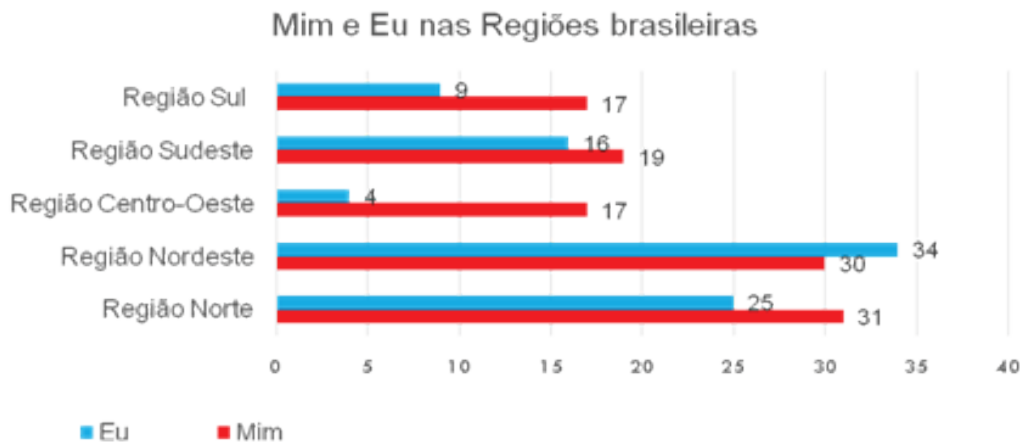
Quem pratica o português popular não 'fala errado' – apenas opera com a variedade correspondente ao seu nível sociocultural. Quem pratica o português culto não 'fala certo', de novo apenas se serve da variedade inadequada ao meio em que o falante se encontra (CASTILHO, 2010, p. 205).

Ou seja, não há certo ou errado, mas sim o adequado e o inadequado, essa afirmação vem sendo defendida e comprovada por sociolinguistas e dialetólogos. As duas variedades têm complexidades particulares e da mesma forma cumprem com a finalidade principal da língua, isto é, executar a comunicação entre os falantes.

2.2 VARIAÇÃO DIATÓPICA

Relativamente à distribuição diatópica do uso dos pronomes oblíquos e retos, no que tange às regiões do país, os dados revelam a predominância de *mim* por *eu* na maioria delas, exceto no Nordeste onde o uso da função pronominal obedece às gramáticas normativas, e não às de uso coloquial, como observamos nas outras regiões.

Para melhor ilustração dos dados, trazemos o gráfico 2 com a distribuição diatópica nas regiões do Brasil.

Gráfico 2 – Número de ocorrências de *Mim* e *Eu* nas regiões do Brasil

Fonte: Elaborado pela autora com base no Banco de dados do ALiB – Capitais

Conforme o gráfico ilustra, o uso de *mim* como sujeito da oração é maior nas regiões Sul (65.4%), Sudeste (54.3%), Centro-Oeste (81%) e Norte (55.4%). Em contrapartida, o *eu* com a função sintática correspondente às gramáticas normativas, aparece com percentuais menores no Sul (34.6%), Sudeste (45.7%), Centro-Oeste (19%) e Norte (44.6%). Somente no Nordeste o *eu* assume a predominância de uso do pronome pessoal do caso reto, com 53.1% dos dados, enquanto o uso do pronome oblíquo é registrado com 46.9%.

Em Salvador, no Nordeste, tivemos o registro de 100% das respostas “*para eu fazer*”, constando na questão 23 do QMS e no restante das entrevistas (QSL, QFF, semidirigido). Na cidade de Belém, no norte do Brasil, a linguagem padrão também é predominante em 75% dos casos.

Já na região Centro-Oeste, na cidade de Cuiabá, o *mim* aparece em 87.5% dos registros, exercendo a função de sujeito da frase. Na mesma região, em Goiânia e Campo Grande

ocorre o mesmo fenômeno com percentual aproximado: GO (71.4%) e CG (83.3%).

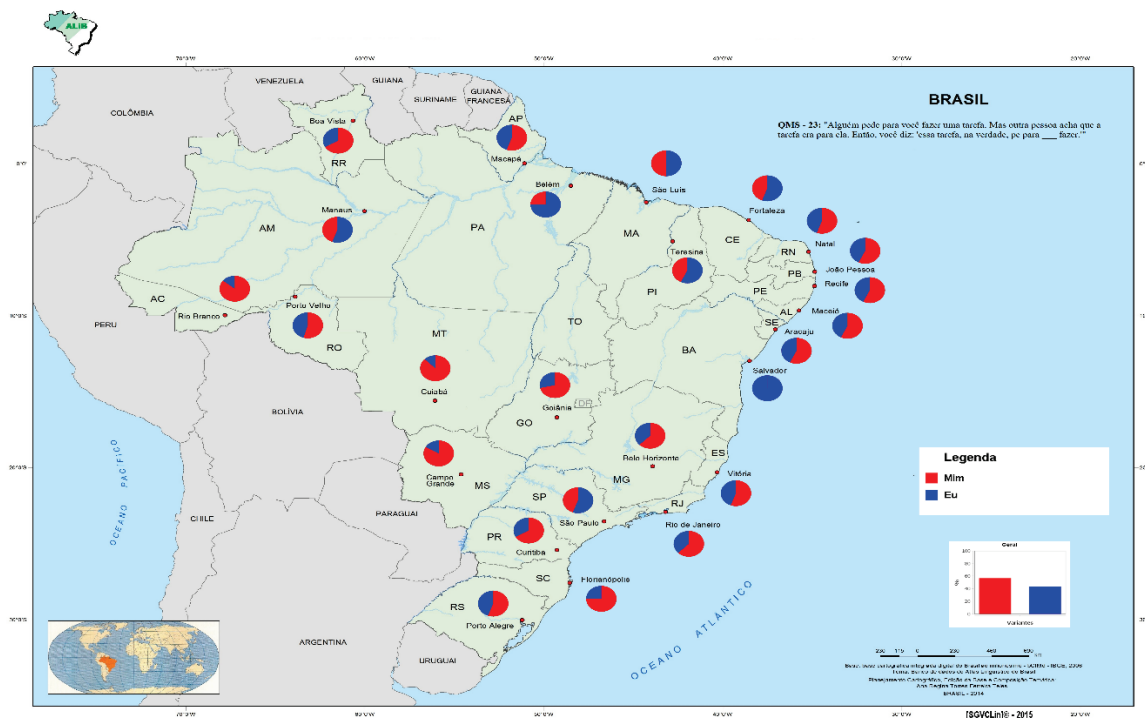
Nas três capitais do Sul (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre), o uso popular predomina no falar dos informantes dessas cidades, em 65.4% dos casos, enquanto a norma padrão foi registrada apenas em 34.6%, ou seja, em Florianópolis, obtivemos 75% do uso de *mim*, em Curitiba 66.6% e em Porto Alegre 55.5%.

Quanto à Região Sudeste, os dados estão balanceados: o *mim* aparece em 54.3% dos casos e o *eu* em 45.7% deles, demonstrando que o pronome oblíquo ainda é mais utilizado que o pronome reto. Em Belo Horizonte ocorrem 62.5% de *mim* e 37.5% de *eu*. Em São Paulo registramos 50% para cada um dos usos. Em Vitória, a frequência é bem próxima da que foi registrada em São Paulo, pois o uso de *mim* foi computado com 55.6% e *eu* com 44.4%.

A seguir, apresentamos a carta experimental feita com base nos dados das capitais, de forma a ilustrar a descrição realizada nesta análise.



Figura 1 – Distribuição diatópica de *Mim* e *Eu* nas capitais brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Projeto ALiB

A figura 1 mostra os índices de frequências de *mim* e *eu* distribuídas pelas capitais brasileiras, indicando que o pronome *mim*, nas expressões “*pra mim fazer*”, “*pra mim escutá*”, “*pra mim ler*”, marca presença na fala dos informantes, bem como o pronome do caso reto. Algumas exceções, como Salvador (NE) e Belém (N), mostram o uso exclusivo da variante padrão naquela e predominante nesta.

A carta experimental mostra que nas capitais brasileiras o uso do pronome do caso reto e o do caso oblíquo executam a mesma função na fala, demonstrando, por hora, a indicação de que a expressão “*para mim fazer*” é aceita pelos falantes, assim o pronome oblíquo pode se tornar uma variante do pronome do caso reto. Percebemos que em todas as capitais, exceto em Salvador (NE), há o registro das duas formas empregadas com o mesmo valor gramatical, ou seja, como sujeito da oração.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estudo mostrou que, nas capitais brasileiras, os falantes investigados adotam o uso da forma coloquial, não padrão, em sua fala cotidiana como sujeito da oração, da mesma forma que demonstram conhecer a forma padrão, pois há a presença dos dois pronomes em praticamente todas as localidades. Averiguamos que, no caso do pronome pessoal na função de sujeito, em que seria recomendável o uso do pronome reto, há o registro das duas construções, ou seja, as expressões “*é para mim fazer?*” ou “*é para eu fazer?*” podem ser compreendidas como variantes de uma mesma função sintática. Este fato pode demonstrar a inovação da Língua em aspectos sintáticos e morfológicos já que, para os gramáticos normativos, não é recomendável o uso do *mim* no lugar de *eu* que é o sujeito da oração, já que o *mim* faz o papel de objeto direto. Contudo, os dados nos mostram o



constante uso do pronome oblíquo em função de sujeito nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. De acordo com Castilho (2010): “Cada variação sociolinguística é definível, portanto, em termos de um feixe de características, o que distingue uma da outra é a frequência de uso”. Compreendemos, pois, que a frequência de uso do pronome oblíquo *mim* (56.5%) como sujeito da oração pode indicar uma mudança gramatical, já que a função exercida pelo pronome está assumindo novas regras de acordo com a fala popular das capitais brasileiras. Para comprovar tal suposição é necessário que haja mais estudos direcionados ao uso do pronome oblíquo com função de pronome reto nas localidades interioranas do Brasil, afinal, os dados deste estudo demonstraram a necessidade de mais pesquisas em torno do objeto analisado, visto que há muito a se descobrir a respeito das funções dos pronomes pessoais exercidas na fala popular.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1962.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

CARDOSO, Suzana Alice. Dialetoлогия. In: Maria Cecília Molicca e Celso Ferrarezi Junior. **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 13-22.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro** – 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COMITÊ NACIONAL do projeto ALiB. **Atlas lingüístico do Brasil: questionários 2001**. Londrina: EDUEL, 2001.

COUTINHO, Ismael de Lima Coutinho. **Pontos de Gramática Histórica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Neto, Pasquale Cipro. **Ao pé da letra**. São Paulo: EPA, 2001.

_____. **Coleção Professor Pasquale Explica**. Barueri, SP: Gold Editora, 2011.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

Como citar este artigo (ABNT NBR 60230)

MARTINS, M. S. Os Pronomes pessoais (eu e mim) nas capitais brasileiras a partir dos dados do projeto ALiB. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, n. 6, p. 134-144, 2019.